



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 60451/2023/MF

Brasília, 16 de novembro de 2023.

A Sua Excelência a Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 378, de 09.10.2023, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 2367/2023, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Urbano, que "Solicita ao Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, requerimento de informações sobre possíveis tomadas de créditos pela empresa Grupo Equatorial, junto a entidades financeiras, públicas ou privadas".

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, as manifestações da Caixa Econômica Federal, por meio do Ofício nº 009/2023/DERAT, do Banco do Brasil, por meio do Ofício 2023/001, do Banco da Amazônia, por meio do Ofício SECRE 2023/148, e do Banco do Nordeste do Brasil, por meio do Ofício Gapre-2023/0217 Ofício 171/2023.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 16/11/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38519685** e o código CRC **2CDA54C3**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360076>

2360076



Ref.: CARTA-OFÍCIO – GESEC-COSIF nº 2023/1.306

Belém (PA), 06 de outubro de 2023

À
Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU
A/C Presidente da CDU Deputado Acácio Favacho
cd�@camara.leg.br

Exmo. Sr. Presidente da CDU,

Em atenção à solicitação objeto do expediente **OFÍCIO nº 73/2023-CDU**, que trata de requerimento de informações acerca de tomada de créditos (valores e condições do contrato) pela empresa GRUPO EQUATORIAL, junto a esta instituição Financeira, para investimentos no estado do Amapá, com base no disposto no Art. 6º da Lei Nº 12.527/11, bem como no item 9.2.5 do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 897/2019, informamos a V.S^a. que a requerida **CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO DO AMAPÁ SPE AS, CNPJ nº 44.109.598/0001-27**, possui duas contratações de crédito com recurso do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), contraídas no ano de 2021, vinculadas à Agência (32-9) Macapá/AP, conforme relação abaixo:

| Contrato | Identificação | Tipo Pessoa | Identificação fiscal | Valor Contratado (R\$) | Valor Liberado (R\$) |
|---------------|--|-------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| 032-21-0023/2 | CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO DO AMAPÁ SPE SA | PJ | 44.109.598/0001-27 | 356.279.472,01 | 106.068.833,15 |
| 032-21-0022/4 | CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO DO AMAPÁ SPE SA | PJ | 44.109.598/0001-27 | 240.217.420,93 | 29.187.438,37 |
| TOTAL | | | | 596.496.892,94 | 135.256.271,52 |

Atenciosamente,

06/10/2023

X

Geraldo de Oliveira Pinto
Gerente Executivo de Segurança Corporativa
Assinado por: 8041

06/10/2023

X

Afonso Vítor da Silva Falcão
Analista de Sigilo Bancário e Fraude
Assinado por: 7257



Negócios de Atacado
SBS - Quadra 04 Lote 3/4
Ed. Matriz I – 11º Andar
70.070-140 - Brasília - DF

Ofício nº 009/2023/DERAT #PUBLICO

Brasília, 01 de novembro de 2023

À Senhora
Claudia Tavares
Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, Bloco P
70.048-900 – Brasília/DF

Assunto: **Requerimento de Informação nº 2367/2023**

Senhora Chefe da ASPAR,

1. Reportamo-nos ao Despacho, recepcionado em 18 de outubro de 2023, por meio do qual esse Ministério encaminhou o Requerimento de Informação do Senado (RIC) nº 2367/2023, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Urbano, que *“Solicita ao Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, requerimento de informações sobre possíveis tomadas de créditos pela empresa Grupo Equatorial, junto a entidades financeiras, públicas ou privadas.”*

2. No tocante ao pedido de informações sobre a existência de créditos junto a empresas financeiras e, caso existam quais operações, valores e condições dos referidos contratos, esclarecemos que as operações de crédito firmadas com o Grupo Equatorial, foram realizadas com recursos livres da CAIXA, ou seja, de natureza privada e estão abrangidas pela proteção de sigilo bancário, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

“Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.”

3. Ressalta-se que o caso não se enquadra nas hipóteses permissivas previstas no parágrafo terceiro do art. 1º da LC 105/01:

Art. 1º

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I – a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as



normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II - o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III – o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V – a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI – a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9 desta Lei Complementar.

VII - o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos, relativos a operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento de pessoas naturais ou jurídicas, a gestores de bancos de dados, para formação de histórico de crédito, nos termos de lei específica.

4. Desta forma, tratando-se de operação bancária realizada com pessoa jurídica de direito privado sem utilização, ainda que parcialmente, de recursos públicos, incide o dever de sigilo bancário para esta Instituição Financeira, inviabilizando o fornecimento das informações solicitadas.

5. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

SUELY PATRAO
BURIHAM:215027
66825

Assinado de forma digital por
SUELY PATRAO
BURIHAM:21502766825
Dados: 2023.11.01 14:47:07
-03'00'

SUELY PATRÃO BURIHAM

Diretora

Diretoria Executiva da Rede de Atacado





Diretoria Corporate and Investment Bank – 2023/001

São Paulo (SP), 30 de outubro de 2023.

À Sua Excelência, o Senhor

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado

Ministério da Fazenda

Brasília (DF)

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Em atenção ao pedido de informações “acerca de tomadas de créditos pela empresa **GRUPO EQUATORIAL**”, objeto do Requerimento de Informação (RIC) nº 2367/2023, da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal Acácio Favacho, informamos da impossibilidade do fornecimento em face do disposto no artigo 1º da Lei Complementar 105, de 10.01.2001, por se tratar de serviço de natureza bancária coberto pelo manto do sigilo bancário.

2. No caso do Poder Legislativo Federal, o qual integra o requisitante, as solicitações de informações sigilosas dependerão de prévia aprovação pelo Plenário da Câmara ou do Senado, consoante disposições do § 2º do artigo 4º da Lei Complementar 105/2001, *verbis*:

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º (...)

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360076>

2360076

3. Por sua vez, o cumprimento dessas formalidades deve constar expressamente no Ofício de requisição de informações, consoante dispõe o artigo 8º do mesmo diploma legal, *verbis*:

Art. 8º O cumprimento das exigências e formalidades previstas nos artigos 4º, 6º e 7º, será expressamente declarado pelas autoridades competentes nas solicitações dirigidas ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários ou às instituições financeiras.

4. O Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança 22.801-6 – DF, entendeu pelo não cabimento de interpretação extensiva em casos da espécie, conforme se depreende de parte do voto do Eminent Relator, Ministro Menezes Direito, *verbis*:

(...) O legislador conferiu esses poderes ao Poder Legislativo Federal (art. 4º), bem como às Comissões Parlamentares de Inquérito, após prévia aprovação do pedido pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito (§§ 1º e 2º do art. 4º).

Verifica-se, ainda, que a Lei Complementar em questão foi exaustiva acerca da matéria. Nessa hipótese, embora as atividades do TCU, por sua natureza, verificação de contas e até mesmo o julgamento das contas das pessoas enumeradas no artigo 71, II, da Constituição Federal, justifiquem a eventual quebra de sigilo, não houve essa determinação na lei que tratou do tema, não cabendo interpretação extensiva, mormente porque há princípio constitucional que protege a intimidade e a vida privada, art. 5º, X, a Constituição Federal, no qual está inserida a garantia ao sigilo bancário.

Esclareço, ainda, que não se trata de sobrepor o interesse particular ao interesse público, mas, tão-somente, aplicar a legislação pertinente ao tema “sigilo das operações financeiras”, tendo a Lei Complementar tratado exaustivamente da questão, prevendo a possibilidade de quebra do sigilo bancário por determinação do Poder Judiciário (art. 3º), do Poder Legislativo Federal (art. 4º), bem como às Comissões Parlamentares de Inquérito, **após prévia aprovação do pedido pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito (§§ 1º 2º do art. 4º).** (grifado)
(...)

5. Nada obstante o § 2º do Art. 50 da Constituição Federal conferir poderes às mesas da Câmara e do Senado para requisições de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* desse dispositivo, esse poder

2360076



encontra óbice nas informações cobertas pelo sigilo bancário, devendo seguir o rito previsto na Lei Complementar 105/2001, com aprovação prévia dos plenários das respectivas Casas ou Comissões Parlamentares de Inquérito.


6. Registre-se, por fim, que a quebra de sigilo bancário fora das hipóteses previstas na Lei Complementar 105/2001, constitui crime e sujeita os responsáveis às penalidades previstas em seu art. 10.

7. Todavia, no que se refere a operações financeiras lastreadas em recursos públicos, por força de precedente do Supremo Tribunal Federal exarado no Mandado de Segurança n. 33.340/DF, julgado pela Primeira Turma, em 26 de maio de 2015, há a possibilidade de atender a solicitação do parlamentar acima citado.

8. Assim, cumpre informar que o Banco do Brasil efetuou as seguintes operações de repasse de recursos públicos às empresas do Grupo Equatorial:

| Empresa | Contrato | Linha | Valor Financiado (R\$) | Data do Contrato | Data do Vencimento | Taxa a.a. |
|---|-------------|------------|---------------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
| EQUATORIAL MARANHAO DISTR. DE ENERGIA S.A. | 40/00790 | FINAME PSI | 985.500,00 | 12.08.2014 | 15.08.2024 | 6,00% |
| EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A. | 330.900.894 | FDA | 293.095.390,97 | 28.12.2018 | 01.11.2038 | IPCA + 1,619% |
| EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A. | 330.900.895 | FDA | 495.000.000,00 | 28.12.2018 | 01.11.2038 | IPCA + 1,619% |
| VILA PIAUI 1 EMPREEND. E PART. S.A. | 191.101.122 | FDNE | 85.228.754,84 | 24.09.2019 | 01.08.2039 | IPCA + 1,037% |
| VILA PIAUI 2 EMPREEND. E PART. S.A. | 191.101.123 | FDNE | 85.228.754,84 | 24.09.2019 | 01.08.2039 | IPCA + 1,037% |
| VILA ALAGOAS II EMPREEND. E PART. S.A. | 191.101.185 | FDNE | 55.786.889,22 | 29.12.2020 | 01.07.2040 | IPCA + 0,963% |
| VILA ESPIRITO SANTO I EMPREEND. E PART. S.A. | 191.101.186 | FDNE | 103.459.637,40 | 30.12.2020 | 01.07.2040 | IPCA + 0,963% |
| VILA ESPIRITO SANTO II EMPREEND. E PART. S.A. | 191.101.187 | FDNE | 90.858.400,56 | 29.12.2020 | 01.07.2040 | IPCA + 0,963% |

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
 JOAO FRANCISCO FRUET JUNIOR
 Data: 01/11/2023 14:58:23-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO FRANCISCO FRUET JÚNIOR
 Diretor



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360076>

Ofício SECRE 2023/148

Belém (PA), 13 de novembro de 2023

Ao Sr.
Philippe Barbosa
Coordenador-Geral da
Coordenação-Geral Administrativa, Análise Legislativa e Demandas Parlamentares
Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos
Gabinete do Ministro
Ministério da Fazenda
Brasília (DF)

Assunto: Requerimento de Informação - RIC 2367/2023

Senhor Coordenador-Geral,

Em atenção ao Ofício SEI nº 53888/2023/MF, para atendimento ao Requerimento de Informação de autoria do Deputado Federal Acácio Favacho, encaminhamos, em anexo, o expediente GESEC-COSIF nº 2023/1.306, pelo qual o Banco da Amazônia apresenta informações relacionadas as operações de crédito contratadas com empresas do Grupo Equatorial.

Atenciosamente,
ALCIR
BRINGEL
ERSE:
08771014268
ALCIR BRINGEL ERSE
Secretário Executivo

Assinado digitalmente por ALCIR BRINGEL
ERSE:08771014268
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial,
OU=16936617000139, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(em branco), CN=ALCIR
BRINGEL ERSE:08771014268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
e-CPF
Data: 2023-11-13 14:42:24
Equi Reader Versão: 10.0.0

Anexo: Carta-Ofício-GESEC-COSIF 2013/1.306



Ao Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda
Ministério da Fazenda
Brasília-DF

Assunto: **Resposta ao Requerimento de Informação nº 48/2023, de 19/09/2023 da Câmara dos Deputados**

Senhor Ministro,

Em atendimento ao Requerimento nº 48/2023, de 19/09/2023, emitido pela Câmara dos Deputados, informamos sobre o Grupo Equatorial:

- 1.1. O Grupo possui tomadas de crédito no Banco do Nordeste da ordem de R\$ 3,1 bilhões já contratados, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
- 1.2. Os dados referentes às operações de crédito contratadas estão contidos no quadro adiante.
- 1.3. Na expectativa de ter atendido sua solicitação, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Presidente



Operações Contratadas

| Empresa | Data Contrato | Prazo Final | Valor |
|--|---------------|-------------|------------------|
| EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | 27/09/2012 | 30/09/2034 | 30.229.980,00 |
| EOLICA BAIXA VERDE S A | 29/05/2013 | 27/05/2032 | 49.690.000,03 |
| EOLICA MOXOTO S A | 29/05/2013 | 27/05/2033 | 40.845.410,48 |
| EOLICA PEDRA DO REINO S.A. | 31/05/2013 | 27/05/2032 | 53.959.000,00 |
| EOLICATEC SOBRADINHO S.A. | 31/05/2013 | 27/05/2033 | 29.040.000,00 |
| EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A. | 08/05/2020 | 15/07/2038 | 343.172.925,90 |
| EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | 08/05/2020 | 15/07/2038 | 353.167.271,05 |
| EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | 08/05/2020 | 15/07/2038 | 425.476.318,20 |
| EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A. | 08/05/2020 | 15/01/2039 | 356.013.238,65 |
| EOLICA PEDRA DO REINO IV S A | 08/05/2020 | 15/03/2038 | 74.915.271,48 |
| VILA RIO GRANDE DO NORTE 1 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 08/05/2020 | 15/12/2038 | 88.520.868,75 |
| VILA SERGIPE 1 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 08/05/2020 | 15/12/2038 | 148.556.938,92 |
| VILA RIO GRANDE DO NORTE 2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 08/05/2020 | 15/12/2038 | 140.788.850,79 |
| EOLICA CABECO VERMELHO S A | 08/05/2020 | 15/04/2037 | 103.511.055,77 |
| EOLICA CABECO VERMELHO II S A | 08/05/2020 | 15/04/2037 | 64.722.232,63 |
| EOLICA BOA ESPERANCA I S A | 08/05/2020 | 15/03/2038 | 99.058.699,49 |
| EOLICA PEDRA RAJADA II S A | 08/05/2020 | 15/11/2037 | 75.997.349,99 |
| EOLICA PEDRA RAJADA S A | 08/05/2020 | 15/10/2037 | 89.529.164,68 |
| VILA SERGIPE 2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 08/05/2020 | 15/12/2035 | 117.069.347,74 |
| VILA PIAUI 3 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 08/05/2020 | 15/12/2035 | 134.568.086,57 |
| VILA SERGIPE 3 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 08/05/2020 | 15/12/2035 | 52.273.729,51 |
| VILA ESPIRITO SANTO V EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S A | 30/06/2020 | 15/07/2040 | 77.819.378,58 |
| RIBEIRO GONCALVES SOLAR II S A | 31/10/2023 | 15/11/2047 | 142.000.000,00 |
| RIBEIRO GONCALVES SOLAR I S A | 31/10/2023 | 15/11/2047 | 58.000.000,00 |
| Total | | | 3.148.925.119,21 |



ASSINATURAS DO DOCUMENTO

2023/0217 - OFÍCIO - FERNANDO HADDAD - RI 48/2023

Este documento foi assinado eletronicamente por:



Assinatura Digital:



Certificado Digitalmente pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A - ID: 35315802



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2360076>

2360076